ASSOCIAÇÕES DE USUÁRIOS E FAMILIARES DA SAÚDE MENTAL ONLINE: PAUTANDO INTERSETORIALIDADE.

Thamiriz Raquel de Menezes Sousa¹

Lara Danuta da Silva Amaral Gomes²

Lucia Cristina dos Santos Rosa³

RESUMO

Com base na pesquisa “A família no processo de desinstitucionalização em saúde mental”, que tem por objetivo geral analisar a configuração da participação da família e dos familiares cuidadores no processo de desinstitucionalização em saúde mental, a partir do ciberativismo e dos marcadores de classe social, gênero e etnias, no período de 1990 a 2018 e desenho metodológico fundamentado na pesquisa qualitativa, tendo por principais técnicas pesquisa documental, bibliográfica, e a pesquisa nos sítios virtuais das associações de usuários e familiares, analisa-se os achados a partir do mapeamento via internet das associações de familiares e usuários da saúde mental de três regiões do país: Norte, Nordeste, e Sul. Os resultados iniciais apontam que as demandas identificadas nos sites restringem-se a política de saúde mental, havendo pouco diálogo com as demais políticas, ainda estas estão voltadas para as necessidades dos usuários e não das famílias e/ou cuidadores. Há também tendência de algumas associações de familiares, vinculadas à saúde mental, buscarem desenvolver ações na perspectiva da educação e geração de emprego e renda, sinalizando para descrédito nas políticas sociais da política de assistência social e empreendedorismo.

Palavras-chave: Desinstitucionalização. Família. Ciberativismo. Saúde mental.

¹ Estudante de Graduação 6º período do Curso de Bacharelado em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí-UFPI. E-mail: thamirizmenezes18@gmail.com

² Estudante de Graduação 6º período do Curso de Bacharelado em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí-UFPI. E-mail: laraduttamp@hotmail.com

³ Assistente Social. Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí. Doutora em Serviço Social pela UFRJ. Doutora em Sociologia pela UFPE. E-mail: luciacsrosa@gmail.com

INTRODUÇÃO

O texto, situado no cerne de bolsa produtividade do CNPq e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação científica-PIBIC/CNPq/UFPI, trata do subproduto resultante da pesquisa em andamento, “A família no processo de desinstitucionalização em saúde mental” que é coordenada pela Tutora Lucia Cristina dos Santos Rosa. O projeto destina-se a vários recortes do campo da saúde mental, envolvendo o protagonismo da família e dos familiares de pessoas com transtorno mental no processo de reforma psiquiátrica/desinstitucionalização brasileira e piauiense. Tem por objetivo geral: Analisar a configuração da participação da família e dos familiares cuidadores no processo de desinstitucionalização em saúde mental, a partir do ciberativismo e dos marcadores de classe social, gênero e etnias, no período de 1990 a 2018. A família é compreendida como parceira do processo de produção do cuidado comunitário. O usuário também é compreendido como um membro da família, uma pessoa que ocupa diferentes lugares nessa instituição, mas, como o processo de desinstitucionalização, já tem um considerável número de pesquisas sobre o protagonismo desse ator, o foco se centraliza nos familiares, sobretudo aquelas pessoas que respondem diante dos serviços de saúde mental pela pessoa com transtorno mental e se reuniram em associações para dar visibilidade às suas necessidades.

Um meio importante para dar maior projeção às mesmas, é pelas redes sociais, assim enfatizou-se as associações de usuários e familiares que tem site em endereços da internet. Viana (2012) aborda que a internet vem se tornando como parte efetiva da vida do cidadão, que por intermédio da mesma executa suas obrigações públicas como declarar e pagar impostos, e solicitar serviços e benefícios. A rede se converteu em um espaço público fundamental para o fortalecimento das demandas dos atores sociais para ampliar o alcance de suas ações e desenvolver estratégias de luta mais eficazes. (MACHADO, 2007).

Nesse contexto, as redes on-line têm se tornado cada vez mais expressivas, e o território virtual tornou-se também, um espaço de mobilização. No presente artigo será explorado como as associações de familiares e usuários da saúde mental demostram suas

manifestações de demandas para além da política de saúde mental. Nesse sentido, a categoria intersectorialidade torna-se imperativa, compreendida como a troca de saberes e experiências entre diferentes políticas sociais, que no Brasil, tenderam à fragmentação de necessidades e pouco diálogo entre si.

METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza qualitativa, conceituada como aquela [...] que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os seres humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam (MINAYO, 1996, p. 57). As informações de natureza quantitativa constituem-se como fontes complementares e indispensáveis para melhor qualificar a análise.

Para atingir os objetivos da pesquisa, metodologicamente, o estudo se fundamentou na triangulação de fontes, tendo duas bases principais: a) revisão de literatura, com base no estado da arte, envolvendo a contextualização histórica, epistemológica e a caracterização do objeto com o seu aprofundamento; b) também foi realizado um levantamento através de buscas pela internet, das associações de usuários e familiares, que possuem site ou espaço nas redes sociais virtuais (internet/ google/ facebook/ youtube/ instagram/ dentre outro), com foco nas regiões norte, nordeste e na região sul do país. A priorização dessas regiões deveu-se ao fato de serem mais distantes do núcleo central, onde o protagonismo de familiares se intensificou que foi a região Sudeste do País, sobretudo: Rio de Janeiro; São Paulo e Minas Gerais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

1. TRAÇANDO UM PANORAMA DAS ASSOCIAÇÕES:

Foram mapeadas 30 Associações envolvendo familiares e usuários da saúde mental, virtualmente estabelecidas. Souza (2001) entende que o processo organizativo das associações é norteado por elementos constitutivos de laços de solidariedade e ajuda mútua. Destas organizações, duas estão localizadas na Região Norte, nos Estados do Amapá (1) e Acre (1). Na Região Nordeste foi identificado 16 associações nos seguintes Estados: Alagoas (2), Bahia (5), Ceará (1), Pernambuco (1), Piauí (5), Rio Grande do Norte (1) e Sergipe (1). No referente à Região Sul, identificamos 11 entidades, que estão distribuídas entre os Estados de Santa Catarina (3), Rio Grande do Sul (4) e Paraná (4).

Das associações identificadas, apenas 18 possuem site próprio e/ou página em rede social e se encontram ativas nos meios informais. As demais possuíam apenas menção online, como a assinatura em documentos e a participação em eventos, publicizados em sites e redes sociais de outras instituições e entes. Nesse contexto, Vasconcelos (2009) aponta que além das dificuldades de organização política das associações de usuários e familiares é importante destacar que poucos têm acesso aos meios informais de comunicação, não somente pelo fato da sustentação econômica em não ter um computador com acesso à internet, como também a obtenção de conhecimentos básicos e necessários para a sua utilização.

Ademais, as associações mapeadas neste trabalho não são tecnicamente de um só segmento, são associações mistas, compostas por usuários, familiares, técnicos e amigos das pessoas com transtorno mental. Souza (2001) registra que no campo da saúde mental encontram-se associações de usuários de composições variadas. Há associações de usuários, usuários e familiares e associação de usuário, familiares e técnicos.

2. INTERSETORIALIDADE ENQUANTO DEMANDA:

O campo da saúde mental deve ser compreendido como transversal a várias políticas sociais, (PEREIRA, 2018), desta forma o tema da intersectorialidade se manifesta presente no

cotidiano das associações, que apresentam demandas que vão para além da política de saúde mental.

Observou-se durante o mapeamento que os principais temas que rondam os debates dentro das organizações de usuários e familiares são as necessidades de alfabetização ou a inserção no mercado de trabalho, o que implica a convocação de outras políticas públicas. Segundo Rosa (2017), as pessoas com transtorno mental são estigmatizadas e consideradas historicamente incapaz para o mercado de trabalho, especialmente nos padrões e ritmos de uma sociedade capitalista. Assim como, devido à inserção do usuário com transtorno mental pelo mercado de trabalho acaba gerando ganhos secundários para os familiares provedores de cuidado, como tempo para descanso e lazer.

Encontrou-se nesses espaços virtuais, a mobilização para a luta por direitos das pessoas com transtorno mental, com convocatória para a participação de audiências públicas, e encontros com representantes políticos para a apresentação de demandas acerca da saúde mental. Vale ressaltar, estas demandas são amplas, no sentido que envolvem o direito dos familiares e usuários da saúde mental, entretanto, são singulares, já que se manifestam também, de acordo com a realidade de cada território, como por exemplo a luta pelo passe livre de pessoas com transtorno mental, outra demanda apresentada por algumas associações, que não está posto como direito na legislação de alguns municípios e estados.

Ainda, outra característica das demandas identificadas nos sítios on line, é que estas tem como protagonistas os usuários e não os familiares, mesmo que os responsáveis por essas associações sejam em sua maioria os familiares, este fato não se resume as regiões aqui abordadas, Rosa assegura,

[...] observa-se na saúde mental, no contexto brasileiro, que os familiares organizados em associações, de maneira secundária e implícita, visibilizam concepções e demandas relacionadas à produção do cuidado no seio familiar. Mas, ainda não se observam demandas explícitas relacionadas à realidade dos provedores de cuidado pelos próprios cuidadores familiares. (ROSA, ano, p.)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que, estes sites, representam uma forma de organização das associações, onde as mesmas podem se articular virtualmente, e mobilizar-se politicamente, somando forças a outras entidades e simpatizantes da causa, além de divulgar o trabalho das mesmas.

Todavia, foi possível notar o pouco domínio das associações com as tecnologias de informação. Poucos sites e páginas apresentaram frequência nas publicações, e em sua maioria não contam com o histórico das entidades.

Dessa forma, a articulação aparece de maneira sub-reptícia, no diálogo das associações. Girando em torno da política de saúde mental e de políticas públicas voltadas para a educação e assistência social.

Entendemos a articulação intersetorial, como quesito essencial para assegurar a integral cidadania dos familiares e usuários, as associações, abordadas neste artigo, em suma trazem demandas gerais e particulares, de acordo com o território, mas ainda é necessário explorar a rede para além da política de saúde mental.

REFERÊNCIAS

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro. Hucitec/Abrasco, 1996.

PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa. **Intersetorialidade na política de saúde mental: uma análise a partir das articulações tecidas pelos/as assistentes sociais nas redes intersetoriais**. 2018. 290 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas)- Universidade Federal do Piauí, 2018.

ROSA, Lucia Cristina dos Santos. Ganhos na ação em rede a partir das associações de familiares na saúde mental. In _____ (Org). **Serviço Social, saúde mental e drogas**. Campinas: Papel Social, 2017. p. 141-159.

SOUZA, Waldir da Silva. **Associações em saúde mental no Rio de Janeiro: democratizando os espaços sociais.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro. Jul-ago, 2001.

VASCONCELOS, Eduardo. **Perfil das organizações de usuários e familiares no Brasil, seus desafios e propostas.** Cad. Bra. Saúde Mental. Vol 1. N°1. Jan-abr, 2009.